

# Alta nos preços da energia elétrica pode limitar recuperação da economia

07:30 | 04/11/2017

0    

Os recentes sinais de melhora do ambiente econômico levaram o governo a reavaliar suas projeções de crescimento do PIB para 2018, elevando o crescimento do País de 2,5% para 3%. Mas o setor elétrico pode ser um entrave. A ocorrência de chuvas abaixo da média histórica e a persistente estiagem que atinge a região Nordeste, situação que exige o acionamento constante das usinas térmicas - mais caras -, têm gerado um efeito cascata em toda a indústria, com potencial impacto sobre o ritmo da recuperação.

A cúpula do setor elétrico garante que, mesmo com o crescimento do PIB em 3%, não há risco de desabastecimento de energia no País, tanto por conta do potencial do parque instalado quanto das novas turbinas que entrarão em operação nos próximos meses. O impacto preocupante, portanto, não é operacional, mas financeiro, já que o preço da energia, que costuma ser um dos principais insumos para muitos setores, ameaça a velocidade da retomada estimada pelo governo.

"Dos 62 mil megawatts de energia que o Brasil consome diariamente, cerca de 15% vão para indústrias de pequeno e médio porte. Diferentemente da grande indústria, que tem contratos de aquisição de energia baseados em acordos de longo prazo, essas empresas estão expostas a essas altas repentinas de preço e deverão sofrer com isso", diz Christopher Vlavianos, presidente da Comerc, gestora independente de energia.

## Escalada

Os dados do IBGE confirmam a escalada de preços. Entre janeiro e setembro, enquanto a inflação acumula alta de 1,78%, o aumento da conta de luz já acumula alta de 5,8%. Em 2016, o preço da energia deu uma trégua e chegou a cair 10,66%, ante uma inflação de 6,29%, mas ainda assim não conseguiu equalizar os estragos do ano anterior, quando o preço disparou e a conta subiu 51%, ante uma inflação de 10,67%.

O cenário permanece crítico porque, mesmo que as chuvas de dezembro a março registrem um bom volume, não serão suficientes para restabelecer volumes razoáveis de água nos maiores reservatórios do País, como Sobradinho (Bahia), Serra da Mesa (Goiás), Três Marias e Furnas (Minas Gerais). Todos operam hoje com níveis mínimos históricos para essa época do ano.

"Esse impacto do preço da conta de luz é pesado, porque afeta diretamente pequenas e médias indústrias que não estão protegidas por contratos de longo prazo, e ficam expostas a essa situação. E sabemos que, infelizmente, isso vai continuar algum tempo. O que vemos é pressão tarifária nos próximos dois anos, o que puxa a inflação e compromete a competitividade das empresas", diz Roberto Wagner, especialista em política industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, afirma que as decisões de investimento são avaliadas sob a perspectiva do longo prazo. Ele reconhece que a energia é relevante no processo produtivo, mas pondera que o aumento desse custo é conjuntural. "Estamos enfrentando a seca mais severa da história. Quando isso se reverter, o custo da energia também vai cair", afirmou.

A política de transparência e de realismo tarifário adotada pelo governo, segundo Sales, tem trazido mais segurança ao investidor. "Essa postura é bem vista, porque mostra coerência. São as surpresas que ameaçam os investimentos", disse.

## **Impacto**

A indústria eletrointensiva é uma das mais afetadas pelo aumento do custo da energia. O superintendente da Associação Brasileira da Indústria do Vidro (Abividro), Lucien Belmonte, disse que a falta de chuvas não é o único problema. Ele destaca que os subsídios embutidos na conta de luz e as indenizações devidas a transmissoras de energia são itens que encarecem o insumo. "Antes o problema fosse apenas água." A situação tem levado alguns setores da indústria a cogitar até a possibilidade de vender sua energia e deixar de produzir.

Para o presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia, Edvaldo Alves de Santana, a reforma do setor elétrico proposta pelo governo é uma forma de lidar com esses problemas. "A questão é que essa reforma é de difícil implementação e terá efeito no longo prazo, enquanto alguns problemas são urgentes e não podem esperar pelo amanhã." As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.